

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2020 da Cooperativa de Crédito Norte do Espírito Santo – Sicoob Norte em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2020, o Sicoob Norte completou 32 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

1.1 Pandemia Coronavírus (Covid-19)

No exercício de 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Sicoob ES adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas e pelo Ministério da Saúde, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos seus colaboradores, associados e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o Sicoob ES tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas de seus associados.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

1.1.1 Aplicativo Sicoob

Por meio do aplicativo Sicoob, é possível realizar operações como pagamentos, consultas de saldos e extratos, transferências, investimentos, débito automático, empréstimos (simulação e contratação), extrato das faturas de cartões, depósitos de cheques e até recarga de celular.

O aplicativo Sicoob, que reúne mais de 140 operações, pode ser usado para adquirir produtos e serviços de forma simples, como investimentos, seguros e consórcios. O atendimento por meio de chat e WhatsApp também têm facilitado o relacionamento com os atendentes sem a necessidade de ir até a agência.

Ainda foi possível contratar o crédito automático, que está com juros menores e carência de 120 dias para começar a pagar. Essas funcionalidades também estão disponíveis na internet banking, que pode ser acessado pelo endereço eletrônico sicoobes.com.br.

1.1.2 Crédito emergencial

Com recursos próprios, o Sicoob ES criou a campanha Ao Seu Lado, por meio da qual foram renegociadas e prorrogadas dívidas. Além disso, a instituição ampliou recursos para pequenos empresários com o "Crédito Prosseguir" e com as linhas Pronampe e Pese.

1.1.3 Crescimento

O Sicoob ES no exercício de 2020, obteve um aumento nos depósitos que cresceram 51,45%, alcançando R\$ 7,1 bilhões e a carteira de crédito do Sicoob ES registrou R\$ 6,1 bilhões que representa um aumento de 31,42% em relação ao exercício de 2019.

2. Nosso Desempenho

2.1) Resultado

	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019	
Demonstração do Resultado do Período			Varição
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	75.396	79.294	(4,92)
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	31.570	51.676	(38,91)
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	18.844	14.221	32,51
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	26.865	25.225	6,50
Receitas com Ato Não Cooperativo	13.654	11.989	13,89
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	57.806	62.554	(7,59)
Despesas Tributárias	1.613	1.533	5,22
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	5.330	9.514	(43,98)
Ingressos de Depósitos Interooperativos	11.141	17.218	(35,29)
Juros ao Capital	3.434	7.669	(55,22)
Sobras Bruta do exercício	24.018	13.993	71,64
Contribuíram para compor as sobras do exercício de 2020:			

Em 2020 as receitas de prestação de serviços e de tarifas tiveram um aumento de 6,50%.

A despesa com Provisão para crédito de liquidação duvidosa que obteve uma redução de 38,91% em relação a 2019.

Aumento nas receitas de recuperação de créditos baixados como prejuízo em 32,51% se comparados com o mesmo período de 2019.

Redução da despesa com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais em 7,59% comparado ao mesmo período de 2019.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foram de 46,47%, 6,15 % maior se comparado ao período anterior.

2.2) Dados Patrimoniais

	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019	
Balanco Patrimonial			Varição
Ativos Totais	1.050.575	861.410	21,96
Centralização Financeira	437.632	283.037	54,62
Carteira de Crédito	566.731	617.936	(8,29)
Depósitos	609.894	405.733	50,32
Patrimônio Líquido	216.805	201.869	7,40
Patrimônio de Referência (PR)	198.126	184.341	7,48
Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2020:			

O total de ativos atingiu a marcar de R\$ 1.050.575 mil ao final do exercício de 2020, com crescimento de 21,96% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para seus associados.

Os depósitos obtiveram um aumento de 50,32% considerando o mesmo período de 2019, atingindo no final do exercício de 2020 o montante de R\$ 609.894 mil e dessa forma passando da marca de meio bilhão em depósitos efetuados pelos associados.

O patrimônio líquido cresceu 7,40% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 216.805 mil.

2.2) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Carteira de Crédito	Em Milhares R\$							Varição	
	31/12/2020			31/12/2019			Valor total	% Total	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total			
Crédito Rural	109.233	12.477	121.710	183.588	21.724	205.312	(83.602)	(40,72)	
Crédito Comercial	173.694	271.327	445.021	172.294	240.330	412.624	32.397	7,85	
Total	282.927	283.804	566.731	355.882	262.054	617.936	(51.205)	(8,29)	

3) Pessoas

Contávamos com 227 colaboradores no final de dezembro de 2020. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 20.629 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No exercício de 2020, houve uma concentração de 71,07% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e a Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizada e estrutura compartilhada com o Bancoob.

No exercício de 2020, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 84 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 40 foram classificadas procedentes e com exceção de 1 demanda, todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

São Gabriel da Palha – ES, 15 de janeiro de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanco Patrimonial

em 31/12/2020 e de 2019 (em milhares de R\$)

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		1.050.575	861.410
Circulante		725.306	636.878
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.	456.732	297.718
Disponibilidades	4. a	19.100	14.681
Centralização Financeira - Cooperativas	4. b	437.632	283.037
Instrumentos Financeiros		-	4.188
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	-	4.133
Títulos e Valores Mobiliários	5.3	-	55
Operações de Crédito	6.	241.494	304.623
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		179.127	207.954
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(26.892)	(38.486)
Financiamentos		15.641	15.075
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(775)	(1.131)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		82.371	134.668
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(7.978)	(13.457)
Outros Créditos	7	7.899	6.485
Créditos por Avais e Fianças Honradas	7.1	1.138	1.394
Rendas a Receber		4.450	4.064
Diversos		3.011	1.222
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	7. a	338	955
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	7.1	(1.038)	(1.150)
Outros Valores e Bens	8.	19.181	23.864
Outros Valores e Bens		29.591	27.853
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens		(10.876)	(4.506)
Despesas Antecipadas		466	517
Não Circulante		325.269	224.532
Realizável a Longo Prazo		287.533	188.726
Instrumentos Financeiros		42.713	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	42.713	-
Operações de Crédito	6.	239.619	184.136
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		226.390	171.079
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(44.077)	(65.663)
Financiamentos		23.863	18.516
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(907)	(877)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		39.339	70.644
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(4.989)	(9.563)
Outros Créditos	7	5.201	4.590
Diversos	7.1	556	-
Devedores por Depósitos em Garantia	31	4.645	4.590
Permanente		37.736	35.806
Investimentos	9.	30.650	27.911
Participação em Cooperativa Central de Crédito		20.320	18.273
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		10.330	9.638
Imobilizado de Uso	10.	7.048	7.842
Imobilizado de Uso		17.851	17.673
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(10.803)	(9.831)
Intangível	10.1	38	53
Ativos Intangíveis		938	937
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(900)	(884)
Total do Ativo		1.050.575	861.410
PASSIVO		833.770	659.541
Circulante		747.953	557.994
Depósitos	11.	609.860	405.733
Depósitos à Vista		268.623	140.997
Depósitos Sob Aviso		3.751	3.975
Depósitos à Prazo		337.486	260.761
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		20.144	12.766
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio	11.1. a	18.681	12.766
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário	11.1. b	1.463	-
Relações Interfinanceiras		80.224	107.834
Repasse Interfinanceiros	12	80.224	107.829
Relações com Correspondentes	12.3	-	5
Relações Interdependências	13	717	2.561
Recursos em Trânsito de Terceiros		717	2.561
Obrigações por Empréstimos e Repasses	12.1	16.929	12.229
Empréstimos no País - Outras Instituições		16.929	12.229
Outras Obrigações		20.079	16.871
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	14.1	33	177
Sociais e Estatutárias	14.2	8.116	6.757
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	14.3	1.334	1.083
Diversas	14.4	10.596	8.854
Não Circulante		85.817	101.547
Depósitos	11.	34	-
Depósitos à Prazo		34	-
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		37.105	23.784
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	11.1. a	26.548	23.784
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário	11.1. b	10.557	-
Relações Interfinanceiras		43.603	72.778
Repasse Interfinanceiros	12	43.603	72.778
Outras Obrigações		5.075	4.985
Diversas	14.4. b	254	194
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	31	4.821	4.791
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		216.805	201.869
Capital Social	16.	123.458	126.991
De Domiciliados No País		125.091	128.194
(-) Capital A Realizar		(1.633)	(1.203)
Reserva de Sobras		85.243	72.705
Sobras ou Perdas Acumuladas		8.104	2.173
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.050.575	861.410

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31/12/2020 e de 2019 (em milhares de R\$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Estatutárias	Contingências		
Saldo em 31/12/2018	132.393	(1.029)	69.637	72	-	2.810	203.883
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-
Ao Capital	2.808	-	-	-	-	(2.808)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	7.433	(174)	-	-	-	-	7.259
Por Devolução (-)	(20.260)	-	-	-	-	-	(20.260)
Estorno de Capital	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Reversões de Reservas	-	-	-	(51)	-	-	51
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	13.993	13.993
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	(7.669)	(7.669)
Juros ao Capital	7.669	-	-	-	-	-	7.669
IRRF sobre Juros ao Capital	(105)	-	-	-	-	-	(105)
Juros ao Capital - Conta Corrente	(1.443)	-	-	-	-	-	(1.443)
IRRF sobre Juros ao Capital - Conta Corrente	-	-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital - Ex associados	(298)	-	-	-	-	-	(298)
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex associados	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Movimentações por incorporações	-	-	-	-	-	-	-
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	(883)	(883)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	2.993	-	-	(2.993)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	54	-	(54)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(272)	(272)
Saldo em 31/12/2019	128.194	(1.203)	72.630	75	-	2.173	201.869
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	-	1.087	(1.087)	-
Ao Capital	1.051	-	-	-	-	(1.051)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	(35)	(35)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	5.948	(430)	-	-	-	-	5.518
Por Devolução (-)	(12.762)	-	-	-	-	-	(12.762)
Estorno de Capital	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Reversões de Reservas	-	-	-	(76)	-	-	76
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	24.018	24.018
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	(3.434)	(3.434)
Juros ao Capital	3.434	-	-	-	-	-	3.434
IRRF sobre Juros ao Capital	(13)	-	-	-	-	-	(13)
Juros ao Capital - Conta Corrente	(658)	-	-	-	-	-	(658)
Juros ao Capital - Ex associados	(100)	-	-	-	-	-	(100)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	11.321	-	-	(11.321)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	206	-	(206)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(1.029)	(1.029)
Saldo em 31/12/2020	125.091	(1.633)	83.951	205	1.087	8.104	216.805
Saldo em 30/06/2019	131.473	(1.125)	69.637	72	-	1.511	201.568
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	3.927	(78)	-	-	-	-	3.849
Por Devolução (-)	(13.026)	-	-	-	-	-	(13.026)
Estorno de Capital	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Reversões de Reservas	-	-	-	(51)	-	-	51
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	12.482	12.482
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	(7.669)	(7.669)
Juros ao Capital	7.669	-	-	-	-	-	7.669
IRRF sobre Juros ao Capital	(105)	-	-	-	-	-	(105)
Juros ao Capital - Conta Corrente	(1.443)	-	-	-	-	-	(1.443)
Juros ao Capital - Ex associados	(298)	-	-	-	-	-	(298)
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex associados	(1)	-	-	-	-	-	(1)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	(883)	(883)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	2.993	-	-	(2.993)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	54	-	(54)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(272)	(272)
Saldo em 31/12/2019	128.194	(1.203)	72.630	75	-	2.173	201.869
Saldo em 30/06/2020	125.004	(1.349)	72.630	75	-	8.876	205.236
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	-	1.087	(1.087)	-
Ao Capital	1.051	-	-	-	-	(1.051)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	(35)	(35)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	3.407	(284)	-	-	-	-	3.123
Por Devolução (-)	(7.034)	-	-	-	-	-	(7.034)
Reversões de Reservas	-	-	-	(76)	-	-	76
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	15.115	15.115
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	(1.234)	(1.234)
Juros ao Capital	3.434	-	-	-	-	-	3.434
IRRF sobre Juros ao Capital	(13)	-	-	-	-	-	(13)
Juros ao Capital - Conta Corrente	(658)	-	-	-	-	-	(658)
Juros ao Capital - Ex associados	(100)	-	-	-	-	-	(100)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	11.321	-	-	(11.321)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	206	-	(206)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(1.029)	(1.029)
Saldo em 31/12/2020	125.091	(1.633)	83.951	205	1.087	8.104	216.805

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultado Abrangente

em 31/12/2020 e de 2019 (em milhares de R\$)

DRA	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas	15.115	24.018	12.482	13.993
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	15.115	24.018	12.482	13.993

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Sobras ou Perdas

em 31/12/2020 e de 2019 (em milhares de R\$)

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		55.057	108.839	63.441	133.242
Operações de Crédito	6. h	49.567	97.413	54.923	115.795
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.2	228	284	113	221
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	5.4	-	1	3	8
Ingressos de Depósitos Interooperativos	4.1	5.262	11.141	8.402	17.218
Dispêndio da Intermediação Financeira		(21.448)	(53.872)	(38.837)	(88.406)
Operações de Captação no Mercado	11. b	(4.250)	(10.373)	(8.681)	(18.373)
Operações de Empréstimos e Repasses	12.2	(5.208)	(11.929)	(8.678)	(18.357)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	6. i	(11.990)	(31.570)	(21.478)	(51.676)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		33.609	54.967	24.604	44.836
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(13.507)	(21.661)	(9.730)	(27.497)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	19	8.737	16.961	8.367	16.042
Rendas (Ingressos) de Tarifas	20	5.222	9.904	4.833	9.183
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	21	(11.065)	(20.629)	(11.511)	(21.657)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	22	(12.959)	(25.834)	(15.013)	(29.724)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(865)	(1.613)	(818)	(1.533)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	23	5.838	11.329	6.776	11.033
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	24	(8.040)	(11.343)	(2.776)	(11.173)
Provisão/Reversão para Passivos Contingentes	24.1	(4)	2	7	299
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	24.2	(371)	(438)	405	33
Resultado Operacional		20.102	33.306	14.874	17.339
Outras Receitas e Despesas	25	(2.714)	(5.999)	(1.426)	(1.519)
Lucros em Transações com Valores e Bens		202	208	135	202
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(41)	(95)	-	(145)
Outras Receitas		149	267	94	215
Outras Despesas		(6)	(9)	(5)	(216)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		(3.018)	(6.370)	(1.650)	(1.575)
Resultado Antes da Tributação e Participações		17.388	27.307	13.448	15.820
Imposto de Rendas		(931)	(931)	-	-
Contribuição Social		(571)	(571)	-	-
Participações nos Resultados de Empregados		(771)	(1.787)	(966)	(1.827)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		15.115	24.018	12.482	13.993
Destinações Legais e Estatutárias			(12.480)		(4.151)
FATES			(1.029)		(1.155)
Reserva Legal			(11.321)		(2.993)
Outras Destinações Estatutárias			(206)		(54)
Reversões de Reservas			76		51
Resultado Antes dos Juros ao Capital			11.538		9.842
Juros ao Capital			(3.434)		(7.669)
Sobras/Perdas Líquidas			8.104		2.173

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31/12/2020 e de 2019 (em milhares de R\$)

Descrição	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas Antes das Destinações	15.115	24.018	12.482	13.993
Juros ao Capital Recebido	(133)	(133)	(102)	(102)
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(1.750)	-	(1.219)
Participações nos Resultados de Empregados	771	1.787	966	1.827
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	11.990	31.570	21.478	51.676
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	371	438	(405)	(33)
Provisão/Reversão para desvalorização de outros valores e bens	3.018	6.370	1.650	1.650
Provisão/Reversão com Passivos Contingentes	4	(2)	(7)	(299)
(Ganho)/Perdas por Baixas de Imobilizado	3	3	1	151
Depreciações e Amortizações	566	1.145	599	1.326
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações	31.705	63.446	36.662	68.970
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(42.713)	(38.581)	(113)	36
Títulos e Valores Mobiliários	-	55	67	207
Relações Interfinanceiras	-	-	125	-
Operações de Crédito	(18.765)	(23.925)	42.906	34.955
Outros Créditos	(749)	(2.024)	(1.781)	(520)
Outros Valores e Bens	(1.100)	(1.687)	(629)	(11.624)
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos à Vista	44.064	127.626	319	1.416
Depósitos sob Aviso	(219)	(223)	(54)	(213)
Depósitos à Prazo	22.560	76.759	(16.315)	(17.537)
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	4.868	8.680	1.468	8.826
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito				

Notas Explicativas

Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB NORTE possui 19 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, SÃO DOMINGOS DO NORTE- ES, ÁGUA BRANCA - ES, NOVA VENÉCIA - ES, GOVERNADOR LINDENBERG - ES, VILA VALÉRIO - ES, BARRA DE SÃO FRANCISCO - ES, SÃO MATEUS - ES, PINHEIROS - ES, MONTANHA - ES, ECOPORANGA - ES, PANCAS - ES, VILA PAVÃO - ES, BOA ESPERANÇA - ES, PEDRO CANÁRIO - ES E CONCEIÇÃO DA BARRA - ES.**

O SICOOB NORTE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings reafirmou em 03 de novembro de 2020 a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo atingiu a nota F1(bra), que indica a mais forte capacidade intrínseca de pagamento pontual dos compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa a mais alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é A+(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <https://www.fitchratings.com/site/brasil>.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 15/01/2021.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular n.º 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Apesar do momento atípico que o País se encontra, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO NORTE DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB NORTE junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida junto ao Sicoob Central ES e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta

desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no *caput* do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR/2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no *caput* do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

w) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2020.

x) COVID 19 nas Demonstrações Contábeis

Não foram identificados impactos relevantes da pandemia da COVID 19 nas Demonstrações Contábeis de 31/12/2020 seja de ativos financeiros ou de ativos não financeiros.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários (a)	19.100	14.681
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	437.632	283.037
TOTAL	456.732	297.718

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme prescreve o art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

4.1 - Ingressos de Depósitos Intercooperativos

As receitas recebidas dessa transação da centralização financeira resultaram no montante descrito conforme quadro abaixo:

Descrição	2º sem/2020	31/12/2020	2º sem/2019	31/12/2019
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	5.262	11.141	8.402	17.218
TOTAL	5.262	11.141	8.402	17.218

5. Instrumentos Financeiros

5.1 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Circulante	-	4.133
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Não-Circulante	42.713	-
TOTAL	42.713	4.133

Aplicação de garantia junto ao Bancoob para concessão de financiamentos a Cooperados.

5.2 Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As receitas recebidas dessa transação resultaram o montante conforme abaixo:

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	228	284	113	221
TOTAL	228	284	113	221

5.3 Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Título De Renda Fixa – Circulante	-	55
TOTAL	-	55

Notas Explicativas

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

5.4 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros

É constituído pelas receitas aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	-	1	3	8
TOTAL	-	1	3	8

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2020		31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	
Adiantamento a Depositante	375	-	990
Empréstimos	162.133	226.390	351.287
Títulos Descontados	16.619	-	26.756
Financiamentos	15.641	23.863	33.591
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	82.371	39.339	205.312
Total Operações de Crédito	277.139	289.592	617.936
(-) Provisões para Operações de Crédito	(35.645)	(49.973)	(129.177)
TOTAL	241.494	239.619	488.759

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financ.	Financ. Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA - Normal	14.036	4	973	792	15.805	-	16.787	-
A 0,5% Normal	79.587	2.197	13.399	61.993	157.176	(786)	129.165	(646)
B 1% Normal	76.664	800	11.710	20.679	109.853	(1.099)	140.845	(1.408)
B 1% Vencidas	364	16	49	187	616	(6)	3.060	(31)
C 3% Normal	92.641	1.701	8.751	15.514	118.607	(3.558)	112.213	(3.366)
C 3% Vencidas	487	115	60	83	745	(22)	5.755	(173)
D 10% Normal	57.347	1.147	2.621	6.416	67.531	(6.753)	54.097	(5.410)
D 10% Vencidas	802	100	135	1.245	2.282	(228)	3.753	(375)
E 30% Normal	14.528	360	548	2.445	17.881	(5.364)	19.687	(5.906)
E 30% Vencidas	1.399	112	225	180	1.916	(575)	8.203	(2.461)
F 50% Normal	6.519	167	309	2.179	9.174	(4.587)	14.713	(7.357)
F 50% Vencidas	1.031	114	168	956	2.269	(1.134)	9.499	(4.750)
G 70% Normal	2.994	152	134	437	3.717	(2.602)	3.261	(2.283)
G 70% Vencidas	482	106	91	172	851	(596)	6.289	(4.402)
H 100% Normal	36.982	131	106	2.326	39.545	(39.545)	30.981	(30.981)
H 100% Vencidas	11.748	684	225	6.106	18.763	(18.763)	59.628	(59.628)
Total Normal	381.298	6.659	38.551	112.781	539.289	(64.294)	521.749	(57.357)
Total Vencidos	16.313	1.247	953	8.929	27.442	(21.324)	96.186	(71.820)
Total Geral	397.611	7.906	39.504	121.710	566.731	(85.618)	617.936	(129.177)
Provisões	(69.493)	(1.476)	(1.682)	(12.967)	(85.618)	-	(129.177)	-
Total Líquido	328.118	6.430	37.822	108.743	481.113	-	488.759	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	375	-	-	375
Cheque Especial / Conta Garantida	7.531	-	-	7.531
Empréstimos	35.594	119.008	226.390	380.992
Títulos Descontados	14.659	1.960	-	16.619
Financiamentos	4.439	11.202	23.863	39.504
Financiamentos Rurais	10.538	71.833	39.339	121.710
TOTAL	73.136	204.003	289.592	566.731

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	125.256	5.628	10.842	141.726	25
Setor Privado - Indústria	34.775	3.604	-	38.379	7
Setor Privado - Serviços	85.704	7.785	-	93.489	16
Pessoa Física	151.624	22.070	109.233	282.927	50
Outros	8.158	417	1.635	10.210	2
TOTAL	405.517	39.504	121.710	566.731	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	129.177	132.715
Constituições	31.654	51.499
Transferência para prejuízo	(75.213)	(55.037)
TOTAL	85.618	129.177

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	13.809	2%	25.510	3%
10 Maiores Devedores	82.757	10%	98.347	13%
50 Maiores Devedores	182.488	32%	206.101	28%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	113.948	75.342
Valor das operações transferidas no período	75.213	55.037
Valor das operações recuperadas no período	(18.844)	(14.221)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(5.300)	(2.210)
TOTAL	165.017	113.948

h) Rendimentos com Operações de Crédito:

Descrição	2º S/2020	31/12/2020	2º S/2019	31/12/2019
Rendimentos de Adiantamentos a Depositantes	1.297	2.107	559	1.141
Rendimentos de Empréstimos	26.155	53.223	31.045	66.535
Rendimentos de Direitos Creditórios Descontados	1.878	5.104	3.559	7.744
Rendimentos de Financiamentos	2.719	5.458	2.823	5.622
Rendimentos de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	1.820	4.252	3.379	7.074
Rendimentos de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	771	1.878	725	2.112
Rendimentos de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	725	1.715	1.396	2.919
Rendimentos de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	16	175	563	1.319
Rendimentos de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	1.907	4.657	3.458	7.108
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	12.279	18.844	7.416	14.221
TOTAL	49.567	97.413	54.923	115.795

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

i) Reversão/Provisão para Operações de Créditos

Descrição	2º S/2020	31/12/2020	2º S/2019	31/12/2019
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(42.410)	(74.503)	(49.621)	(103.770)
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	30.960	44.245	28.823	53.388
Provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	(740)	(1.599)	(830)	(1.575)
Reversão de provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	200	287	150	281

TOTAL	(11.990)	(31.570)	(21.478)	(51.676)
-------	----------	----------	----------	----------

A provisão para créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída sobre o valor contábil das operações créditos conforme critérios de risco e contábeis determinados na resolução CMN nº 2.682/1999.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2020	31/12/2019
Créditos por Avais e Fianças Honorados (I)	1.138	1.394
Rendas a Receber	4.450	4.064
Rendas Serviços arrecadação de convênios	587	664
Rendas da Centralização da Administração Financeira	834	1.162
Rendas de DelCredere a receber	2.671	2.008
Outras Rendas a Receber	358	230
Diversos	3.567	1.222
Adiantamento e Antecipações salariais	123	102
Adiantamentos para pagamentos de Nossa Conta	13	3
Devedores por Compra de Valores e Bens (I) – Curto Prazo	357	445
Devedores por Compra de Valores e Bens (II) – Longo Prazo	556	-
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	1.743	1
Pagamentos a Ressorcir	369	248
Títulos e Crédito a Receber	389	393
Devedores Diversos - País	17	30
Ativos Fiscais Correntes (a)	338	955
Devedores por Depósitos em Garantia – Longo Prazo (b)	4.645	4.590
(-) Provisões para Outros Créditos (I) (c)	(949)	(1.061)
(-) Provisão para Outros Créditos – Sem Concessão de Crédito	(89)	(89)
TOTAL	13.100	11.075

(I) Nível de risco Avais e Fianças Honorados e Devedores por Compra de Valores e Bens

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honorados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA - Normal	-	84	84	-	126	-
A 0,50% Normal	-	179	179	(1)	-	-
B 1% Normal	-	-	-	-	319	(3)
C 3% Normal	-	319	319	(9)	-	-
D 10% Normal	-	331	331	(33)	-	-
E 30% Normal	103	-	103	(31)	81	(24)
E 30% Vencidas	146	-	146	(44)	190	(57)
F 50% Normal	-	-	-	-	79	(40)
F 50% Vencidas	64	-	64	(32)	142	(71)
G 70% Normal	2	-	2	(2)	15	(10)
G 70% Vencidas	88	-	88	(62)	106	(75)
H 100% Normal	9	-	9	(9)	18	(18)
H 100% Vencidas	726	-	726	(726)	763	(763)
Total Normal	114	913	1.027	(85)	638	(95)
Total Vencidos	1.024	-	1.024	(864)	1.201	(966)
Total Geral	1.138	913	2.051	(949)	1.839	(1.061)
Provisões	(905)	(44)	(949)	-	(1.061)	-
Total Líquido	233	869	1.102	-	778	-

(a) Ativos Fiscais Correntes são referentes a Impostos e Contribuições a compensar, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Negativo de irpj - Exercícios Anteriores	191	684
Saldo Negativo de csl - Exercícios Anteriores	130	261
Cofins a Compensar	8	8
Pis a Compensar	2	2
Valores a Restituir – Perdcomp	7	-
TOTAL	338	955

(b) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 577 mil), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 2.931 mil), Para Interposição de Recursos Trabalhistas (R\$ 896 mil) e Outros (R\$ 241 mil). Classificados no ativo Não Circulante e mais bem detalhado na nota 31.

(c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de Uso Próprio (I)	29.567	27.832
Material em Estoque (II)	24	21
(Provisões para Desvalorizações) (III)	(10.876)	(4.506)
Despesas Antecipadas (IV)	466	517
Sisol - Geração de energia fotovoltaica (a)	387	481
Outras Despesas Antecipadas (b)	79	36
TOTAL	19.181	23.864

(I). Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como doação em pagamento, consolidação e adjudicação de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção;

(II). Material em estoque para uso administrativo;

(III). Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens não de uso próprio conforme determinação do Bacen;

(IV). Registra-se a aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a instituição, benefícios ou prestação de serviços, em períodos seguintes:

(a) Refere-se participação da Cooperativa no Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de energia fotovoltaica – SISOL criado pelo Sicoob Central ES com o objetivo de desenvolver ações de sustentabilidade ambiental que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia para utilização da cooperativa;

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, licença de softwares, por exemplo.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participações em Cooperativa Central de Crédito – Sicoob Central ES (a)	20.320	18.273
Participações Instituição Financeira controlada Cooperativa de Crédito – Bancoob (b)	10.330	9.638
TOTAL	30.650	27.911

(a) A participação junto ao Sicoob Central ES gerou o montante de sobras recebidas em 2020 no valor de R\$ 1.067 mil. Também houve remuneração ao capital com pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 133 mil (Em 31/12/2019 – R\$ 102 mil).

(b) A participação junto ao Bancoob gerou o montante de dividendos recebidos no exercício de 2020 de R\$ 683 mil (em 2019 de R\$ 1.219 mil).

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descri

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Taxa Depreciação
Máquinas	101	102	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(75)	(72)	
Aparelhos de Refrigeração	1.119	1.063	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(657)	(575)	
Equipamentos de Processamento de Dados	2.531	2.450	20%
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(1.873)	(1.728)	
Alarme	41	41	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(30)	(27)	
Cabines de Segurança	181	181	10%
(-) Depreciação Acum. de Cabines de Segurança	(120)	(109)	
Armas e Equipamentos	397	397	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(296)	(272)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	245	246	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(169)	(154)	
Equipamentos de Comunicação	270	232	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(207)	(183)	
Veículos	88	88	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(35)	(17)	
TOTAL	7.048	7.842	

A despesa com depreciação acumulada em 2020 foi de R\$ 1.129 mil (Em 2019 – R\$ 1.280 mil).

10.1 Intangíveis

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Taxa Depreciação
Software e Direito de Uso	938	937	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(900)	(884)	
TOTAL	38	53	

A despesa com amortização em 2020 foi de R\$ 16 mil (Em 2019 – R\$ 46 mil).

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Depósito à Vista	268.623	140.997
Depósito Sob Aviso	3.751	3.975
Depósito a Prazo – Circulante	337.486	260.761
Depósito a Prazo – Não Circulante	34	-
TOTAL	609.894	405.733

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	24.818	4%	6.972	2%
10 Maiores Depositantes	82.500	12%	46.531	12%
50 Maiores Depositantes	147.268	22%	97.253	24%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(41)	(113)	(113)	(236)
Despesas de Depósitos a Prazo	(3.287)	(8.379)	(7.333)	(15.729)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(384)	(967)	(894)	(1.719)
Despesas de Letras de Crédito Imobiliário	(62)	(62)	-	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(476)	(852)	(341)	(689)
TOTAL	(4.250)	(10.373)	(8.681)	(18.373)

11.1 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias.

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras.

a) A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio - Circulante	18.681	12.766
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio - Não Circulante	26.548	23.784
TOTAL	45.229	36.550

b) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa emitido com o objetivo de levantar recursos para aplicação em investimentos no setor imobiliário, incluindo aí financiamentos e projetos de reforma e construção.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário – Circulante	1.463	-
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário – Não Circulante	10.557	-
TOTAL	12.020	-

12. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total
Cooperativa Central	46.293	4.799	51.092	49.339	17.140	66.479
Recursos do Bancoob	33.931	29.347	63.278	58.490	55.638	114.128
Recursos do Bancoob – Capital de Giro Livre	-	9.457	9.457	-	-	-
Total	80.224	43.603	123.827	107.829	72.778	180.607

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

12.1 Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2020		31/12/2019
	Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Cooperativa Central - Rotativo	16.929	-	12.229
TOTAL	16.929	-	12.229

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

12.2 Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses

As despesas dessas transações resultaram no exercício de 2020 e de 2019 os montantes conforme quadro abaixo:

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Despesas com Empréstimos Rotativo – Sicoob Central ES	(147)	(361)	(329)	(605)
Despesas com Empréstimos Rotativo – Bancoob	(26)	(42)	-	-
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Sicoob Central ES	(2.011)	(4.295)	(3.088)	(6.238)
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Bancoob	(3.024)	(7.231)	(5.261)	(11.514)
TOTAL	(5.208)	(11.929)	(8.678)	(18.357)

12.3 Relações com Correspondentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as obrigações com Relações Interfinanceiras com correspondentes cooperativistas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Correspondentes	-	5
TOTAL	-	5

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	228	508
Ordens de Pagamento (b)	396	1.939
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	93	114
TOTAL	717	2.561

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados

14. Outras Obrigações
14.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Operações de Crédito - Iof	3	130
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1	2
Recebimentos de Tributos Estaduais e Municipais	29	45
TOTAL	33	177

São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

14.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Participações nos Lucros (a)	1.835	1.270
Resultado de Atos com Associados (b)	1.029	272
Resultado de Atos com Não Associados (b)	-	883
Cotas de Capital a Pagar (c)	5.252	4.332
TOTAL	8.116	6.757

(a) Refere-se a provisão participação no resultado dos empregados conforme acordo coletivo.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.3 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais correntes e diferidas são referentes a Impostos e Contribuições a recolher, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações, assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Imposto e contribuições s/ lucros a pagar	349	-
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	120	120
Imposto e contribuições s/ salários	591	653
IRRF sobre Aplicações Financeiras	98	96
IRRF sobre Juros ao Capital	13	105
Outros	163	109
TOTAL	1.334	1.083

14.4 Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	538	71
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	2.531	2.062
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.572	2.982
Despesa de Pessoal	1.422	1.701
Aluguéis	99	92
Assessoria Técnica	2	-
Custodia de Valores e Bens	17	-
Comunicações	22	22
Promoções e Relações Públicas	2	38
Segurança e Vigilância	9	9
Manutenção e Conservação de Bens	-	4
Transporte	45	78
Seguro	9	33
Plano de Saúde	-	6
Serviços Gráficos	4	-
Compensado	72	160
Seguros a Recolher	4	4
Seguros Prestamista	503	511
Provisão de Cartões a Pagar	191	190
Ordem de Pagamento – Encerramento Conta Salário	30	18
Outras Despesas Administrativas	141	116
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	2.079	1.640
Credores Diversos - País	3.130	2.293
Pagamento a Processar	1.705	950
Crédito de Terceiros	-	105
Cooperativa Central	267	268
Valores a Pagar arrecadação	-	15
Valores a Liquidar – Parcelas Crédito Consignado	19	1
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	31	43
Taxa de Gravames a Repassar	3	-
Outros	817	59
Cheques Depositados	188	757
Credores Diversos – Liquidação de cobrança	100	95
TOTAL	10.850	9.048

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 67.929 mil (R\$ 57.992 mil em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas – Curto Prazo	1.825	1.446
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas – Longo Prazo	254	194
TOTAL	2.079	1.640

15. Instrumentos financeiros

O SICOOB NORTE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio líquido
a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	123.458	126.991
Associados	49.172	43.213

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Estatutária

Constituída com 1% sobre as sobras referente ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

Movimentação FIS	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial do FIS	75	72
Constituição	206	54
(-) Utilização FIS	(76)	(51)
Saldo Final FIS	205	75

d) Reserva Contingência

Constituída na AGO 2020 com as sobras de 2019 no montante de R\$ 1.087 mil, tem como objetivo prevenir possíveis perdas da Cooperativa com agravamentos de risco de crédito em virtude de operações renegociadas ou liberadas por consequência da pandemia da COVID19 e com prazo de utilização até a AGO 2023.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de julho de 2020, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, para constituição do Fundo de Contingência COVID-19 no valor de R\$ 1.087 mil e R\$ 1.051 destinados para aumento do capital social.

f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	20.584	6.324
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	(883)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	20.584	5.441
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 55%	(11.321)	(2.993)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(1.029)	(272)
Fundo de Investimento Social – 1%	(206)	(54)
Utilização FIS	76	51
Sobra à disposição da Assembleia Geral	8.104	2.173

17. Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop):

Segundo semestre:

Descrição	2º Sem/2020			2º Sem/2019		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	109.263	102.069	7.194	113.887	107.744	6.143
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(65.049)	(64.041)	(1.008)	(80.260)	(79.209)	(1.051)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(26.117)	(24.398)	(1.719)	(27.388)	(25.912)	(1.476)
Resultado Operacional	18.097	13.630	4.467	6.239	2.623	3.616
Receita Não Operacional	1.532	-	1.532	229	-	229
Despesa Não Operacional	(4.246)	-	(4.246)	(1.655)	-	(1.655)
Resultado Não Operacional	(2.714)	-	(2.714)	(1.426)	-	(1.426)
Resultado Antes dos IRPJ/CSLL e Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	15.383	13.630	1.753	4.813	2.623	2.190
IRPJ/CSLL	(1.502)	-	(1.502)	-	-	-
Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	-	251	(251)	-	1.307	(1.307)
Resultado do Período	13.881	13.881	-	4.813	3.930	883

Exercício:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	195.864	182.210	13.654	225.975	213.986	11.989
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(118.328)	(116.376)	(1.952)	(164.761)	(162.793)	(1.968)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(49.451)	(46.004)	(3.447)	(53.371)	(50.537)	(2.834)
Resultado Operacional	28.085	19.830	8.255	7.843	656	7.187
Receita Não Operacional	1.656	-	1.656	492	-	492
Despesa Não Operacional	(7.655)	-	(7.655)	(2.011)	-	(2.011)
Resultado Não Operacional	(5.999)	-	(5.999)	(1.519)	-	(1.519)
Resultado Antes dos IRPJ/CSLL e Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	22.086	19.830	2.256	6.324	656	5.668
IRPJ/CSLL	(1.502)	-	(1.502)	-	-	-
Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	-	754	(754)	-	4.785	(4.785)
Resultado do Período	20.584	20.584	-	6.324	5.441	883

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio no montante de R\$ 3.434 mil, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

19. Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Rendas de Cobrança	1.447	3.061	2.017	3.792
Rendas Transações Intercredis	334	626	334	586
Rendas de Cartões	916	1.711	845	1.627
Rendas de Convênios	219	390	201	490
Rendas de Serviços	1.674	2.852	958	1.992
Rendas de Tarifas	571	1.309	782	1.445
Comissão com Venda de Consórcios	636	1.248	495	771
Comissão com Venda de Seguros	2.252	4.753	2.127	4.511
Rendas Recebidas do Bancoob	658	812	397	460
Outras Rendas de Prestação de Serviços	30	199	211	368
TOTAL	8.737	16.961	8.367	16.042

20. Rendas (Ingressos) de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	2º sem/2020	31/12/2020	2º sem/2019	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.586	3.110	1.474	2.931

Descrição	2º sem/2020	31/12/2020	2º sem/2019	31/12/2019
Rendas de Serviços Prioritários - PF	683	1.347	691	1.383
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	26	47	24	48
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	2.927	5.400	2.644	4.821
TOTAL	5.222	9.904	4.833	9.183

21. Dispêndios/Despesas com Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	2º sem/2020	31/12/2020	2º sem/2019	31/12/2019
Despesas de Honorários	(881)	(1.744)	(1013)	(1.943)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.300)	(3.897)	(2.393)	(4.184)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.002)	(3.868)	(2.032)	(3.980)
Despesas de Pessoal - Proventos	(5.627)	(10.606)	(5.399)	(10.588)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(9)	(10)	(416)	(500)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(246)	(504)	(258)	(462)
TOTAL	(11.065)	(20.629)	(11.511)	(21.657)

22. Outros Dispêndios/Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	2º sem/2020	31/12/2020	2º sem/2019	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(304)	(639)	(305)	(737)
Despesas de Aluguéis	(830)	(1.631)	(787)	(1.545)
Despesas de Comunicações	(566)	(1.085)	(637)	(1.041)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(138)	(264)	(165)	(347)
Despesas de Material	(232)	(446)	(210)	(407)
Despesas de Processamento de Dados	(1.760)	(3.812)	(1.840)	(3.576)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(714)	(854)	(783)	(1.632)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(133)	(268)	(261)	(422)
Despesas de Publicações	(2)	(11)	(12)	(25)
Despesas de Seguros	(31)	(53)	(21)	(35)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.732)	(4.109)	(2.888)	(5.757)
Despesas de Serviços de Terceiros	(761)	(1.457)	(863)	(1.655)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(928)	(1.849)	(885)	(1.771)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.901)	(3.407)	(1.203)	(2.008)
Despesas de Transporte	(333)	(726)	(458)	(973)
Despesas de Viagem no País	(15)	(34)	(50)	(105)
Despesas de Emolumentos Judiciais e Cartorários	(282)	(802)	(929)	(1.849)
Despesas de Rateio Sicoob Central	(1.194)	(2.126)	(1.358)	(2.760)
Despesas de Rateio Sicoob Confederação	(228)	(503)	(269)	(517)
Despesas de Amortização	(8)	(16)	(8)	(46)
Despesas de Depreciação	(558)	(1.129)	(591)	(1.280)
Outras Despesas Administrativas	(309)	(613)	(590)	(1.236)
Total	(12.959)	(25.834)	(15.013)	(29.724)

23. Outros Ingressos/rendas operacionais

Descrição	2º sem/2020	31/12/2020	2º sem/2019	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	607	1.680	2.025	2.547
Rendas de repasses Del Credere	3.216	3.459	2.330	2.555
Rendas Juros Cartão de Crédito	1.235	2.869	1.541	3.032
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	171	375	203	395
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	279	570	325	665
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	180	476	250	518
Dividendos Recebido do Bancoob	-	683	-	1.219
Distribuição de Sobras da Central	-	1.067	-	-
Juros ao Capital Recebido do Sicoob Central ES	133	133	102	102
Premiações	17	17	-	-
TOTAL	5.838	11.329	6.776	11.033

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e delcredere.

24. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Despesas de Descontos Concedidos	(1.180)	(1.462)	(530)	(6.711)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(435)	(824)	(408)	(786)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	-	(12)	(96)	(183)
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	-	-	(255)	(514)
Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob	-	-	(272)	(544)
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira Sicoob ES	(5.097)	(7.198)	(1.094)	(2.230)
Perdas Práticas Inadequadas	(1.160)	(1.403)	(4)	(6)
Perdas Falhas de Gerenciamento	(22)	(22)	-	-
Perdas Fraudes Externas	-	(178)	(63)	(75)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(36)	(55)	-	-
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	(16)	(18)	-	-
Outras Despesas Operacionais	(94)	(171)	(54)	(124)
TOTAL	(8.040)	(11.343)	(2.776)	(11.173)

São despesas de descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação, contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob ES.

24.1 Provisão/Reversão para Passivos Contingentes

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Provisão para Passivos Contingentes	(9)	(26)	(20)	(33)
Reversão de Provisão para Contingências	5	28	27	332
TOTAL	(4)	2	7	299

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

24.2 Provisão/Reversão para Garantias Prestadas

Descrição	2º Sem/2020	31/12/2020	2º Sem/2019	31/12/2019
Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	(1.413)	(2.507)	(1.064)	(2.439)
Reversão de Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	1.042	2.069	1.469	2.472
TOTAL	(371)	(438)	405	33

Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrições concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. É concedido um aval a diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

25. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	2º sem/2020	31/12/2020	2º sem/2019	31/12/2019
Lucro em Transações com Valores de Bens	202	208	135	202
Ganhos de Capital	17	86	34	151
Ganhos de Aluguéis	103	152	29	33
Reversão de Desvalorização de Outros Valores e Bens	1.181	1.181	-	75
Outras Rendas não Operacionais	29	29	31	31
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(41)	(95)	-	(145)
(-) Perdas de Capital	(5)	(8)	(5)	(216)
(-) Provisões de Desvalorização de Outros Valores e Bens	(4.199)	(7.551)	(1.650)	(1.650)
(-) Outras Despesas	(1)	(1)	-	-
Resultado Líquido	(2.714)	(5.999)	(1.426)	(1.519)

26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação

Notas Explicativas

específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.252	0,14%	4
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	272	0,03%	1
TOTAL	1.524	0,17%	5
Montante das Operações Passivas	1.678	0,30%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Direitos Creditórios Descontados	939	5	0,77%
Empréstimos	325	1	0,09%
Financiamentos	390	2	0,99%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.393	0,52%	-
Depósitos a Prazo	2.080	0,61%	80% do CDI à 100% do CDI
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	266	0,46%	86% do CDI à 88% do CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	2,79% a. m. à 6,97% a. m.	2,79% a. m. à 6,97% a. m.
Conta Garantida	4,18% a. m. à 5,97% a. m.	2,39% a. m. à 6,97% a. m.
Desconto de Cheques	-	-
Empréstimo	0,24% a. m. + CDI à 1,49% a. m.	0,24% a. m. + CDI ou 0,99% a. m. à 3,50% a. m. + CDI ou 2,99% a. m.
Pronampe - Lei nº 13.999/20	1,25% a. a. + SELIC à 1,25% a. a. + SELIC	1,25% a. a. + SELIC à 1,25% a. a. + SELIC
Crédito Rural RPL	8,50% a.a. à 8,50% a.a	8,50% a.a. à 19,99% a.a
Crédito Rural Repasse	5,00% a.a. à 8,75% a.a	2,70% a.a. à 6,75% a.a
Aplicações Financeiras RDC Longo CDI	94% do CDI à 100% do CDI	80% do CDI à 100% do CDI
Aplicações Financeiras LCA Pós CDI	86% do CDI à 91% do CDI	86% do CDI à 88% do CDI
Aplicações Financeiras DAP – CDI	100% do CDI à 100% do CDI	100% do CDI à 100% do CDI

d) No exercício de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	5
Conta Garantida	5.655
Empréstimos	253
Financiamentos	1.767

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Benefício monetários	31/12/2020
Honorários e Cédula de Presença	1.384
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	84

27. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO NORTE DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB NORTE - SICOOB NORTE, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB NORTE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL ES:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo	458.339	301.846
Centralização Financeira - Cooperativas	437.632	283.037
Títulos e Valores Mobiliários	-	55
Outros Valores e Bens	387	481
Investimentos	20.320	18.273
Passivo	68.288	78.976
Relações Interfinanceiras	51.092	66.479
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	16.929	12.229
Outras Obrigações	267	268

Descrição	2º sem/2020	31/12/2020	2º sem/2019	31/12/2019
Receita	5.395	11.275	8.507	17.328
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	-	1	3	8
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	5.262	11.141	8.402	17.218
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	133	133	102	102
Despesa	(8.449)	(13.980)	(5.869)	(11.833)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(2.158)	(4.656)	(3.417)	(6.843)
Outras Despesas/Despesas Administrativas	(1.194)	(2.126)	(1.358)	(2.760)
Outros Despesas/Despesas Operacionais	(5.097)	(7.198)	(1.094)	(2.230)

28. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

28.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos

classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

28.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

28.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

28.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

29. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradoras para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência	198.126	184.341
Margem de Compatibilização	127.752	110.415
Índice da Basileia	29.56%	29.92%
Margem de Imobilização	92.01%	84.32%

31. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	3.509	3.508	3.476	3.476
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	772	896	772	865
Outros	540	241	543	249
TOTAL	4.821	4.645	4.791	4.590

(a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB NORTE, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 481 mil.

SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, 15 de janeiro de 2021

Nivaldo Mauri
Diretor Executivo
CPF: 774.913.007-15

Paulo Roberto Silva
Diretor Operacional
CPF: 844.330.277-15

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES
CPF: 099.673.817-79

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da

Cooperativa de Crédito Norte do Espírito Santo – SICOOB NORTE

São Gabriel da Palha/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Norte do Espírito Santo – SICOOB NORTE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB NORTE em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Relatório de Auditoria

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade

de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 29 de janeiro de 2021



Júlio César Toledo de Carvalho
Contador CRC MG - 69.261/O
CNAI 1.953

Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG - 90.766/O
CNAI 2.994

Parecer do Conselho Fiscal

O conselho fiscal da **Cooperativa de Crédito Norte do Espírito Santo – Sicoob Norte**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o parecer dos auditores externos – CNAC datado de 29 de janeiro de 2021, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária.

São Gabriel da Palha/ES, 24 de fevereiro de 2021.

Laércio Lourenzoni
Coordenador do Conselho Fiscal

Josiane Matuchack Rocha
Secretário do Conselho Fiscal

Daniel Augusto Aguiar Massucatti
Conselheiro Fiscal Efetivo